



I FÓRUM DOS DIRETORES GERAIS DOS INSTITUTOS FEDERAIS DA AMAZÔNIA



À Sua Excelência o Senhor **Rossieli Soares da Silva**
Ministro da Educação

CARTA DA AMAZÔNIA

A criação do I Fórum de Diretores Gerais dos Institutos Federais (IFs) da Amazônia surgiu do encontro dos Diretores Gerais dos IFs da Região Norte durante a REDITEC 2017 (João Pessoa – PB), onde se discutiu o tema: “Acesso, Permanência e Êxito”. Naquele evento, percebeu-se que os problemas dos Institutos Federais da Amazônia, têm semelhanças e que havia necessidade de uma união dos Campi e Reitorias frente a questões sistêmicas desfavoráveis aos Institutos Federais.

Outra justificativa para a criação do Fórum foi a importância de uma análise conjunta dos impactos das políticas públicas para a educação profissional, científica e tecnológica em relação às particularidades regionais da Amazônia, buscando a manutenção da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão dos Campi que compõem a rede federal de educação profissional na região norte do país.

Dessa forma, foi deliberado a institucionalização do Fórum de Diretores Gerais dos Institutos Federais da Amazônia, tendo como principais objetivos: criar canais de comunicação; compartilhar práticas pedagógicas exitosas; diagnosticar currículos atualmente em uso (discutir matrizes curriculares frente às diversidades e especificidades da região norte do Brasil); agir de forma programada por meio de Agenda Integrada para que, de forma simultânea, as tomadas de decisão ganhem maior robustez; realizar reuniões antes e no REDITEC e unir esforços junto ao CONIF, frente aos problemas dos Institutos Federais da Amazônia.

O FÓRUM DOS DIRETORES GERAIS DA AMAZÔNIA (ForDGAmazônia), foi realizado no período de 07 a 09 de junho de 2018, em Manaus, no Instituto Federal do Amazonas – Campus Manaus Distrito Industrial e teve como eixo de discussão o seguinte tema proposto para a REDITEC 2018, “Educação Profissional e Tecnológica, Caminhos e



I FÓRUM DOS DIRETORES GERAIS DOS INSTITUTOS FEDERAIS DA AMAZÔNIA



- g. Que o MEC Assegure recursos para a participação de servidores dos IFs da Amazônia em programas de capacitação e qualificação.
- h. Adesão dos Institutos Federais ao recurso do Pnate (transporte escolar).
- i. Que o MEC mantenha recursos para a bolsa permanência aos alunos indígenas e quilombolas para os cursos superiores.
- j. Descentralizar aos IFs da Amazônia a contratação dos intérpretes de libras de acordo com as suas demandas, em virtude da atual liberação depender da autorização do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
- k. Retomada da discussão e imediata conclusão do RSC para os TAES.

Por estas e outras razões, acreditamos que as instituições localizadas na região amazônica podem iniciar um debate que certamente culminará na necessidade de repensar algumas políticas que valorizem as regionalidades e peculiaridades que nos são características. Um novo modelo de partição orçamentária, de indicadores de aferição de produtividade e soluções que nos permitam otimizar o fluxo e a mobilidade são elementos fulcrais para continuarmos um debate que respeite e valorize a região amazônica como área estratégia núcleo estratégico, social e econômico para o futuro do nosso país.

Manaus/AM, 08 de junho de 2018.

I Fórum dos Diretores Gerais dos Institutos Federais da Amazônia - ForDGAmazônia

Instituto Federal do Acre - IFAC
Instituto Federal do Amapá - IFAP
Instituto Federal do Amazonas - IFAM
Instituto Federal do Pará - IFPA
Instituto Federal de Roraima - IFRR
Instituto Federal de Rondônia - IFRO
Instituto Federal do Tocantins - IFTO



I FÓRUM DOS DIRETORES GERAIS DOS INSTITUTOS FEDERAIS DA AMAZÔNIA

- A territorialidade dos estados da região amazônica é um fator obstacular da adequada interiorização e capilarização da abrangência e das ações da rede federal de educação profissional na região amazônica. Os institutos da região norte possuem clara dificuldade de atender sua área de abrangência, devido aos problemas de transporte e logística que são notórios e históricos. O custo para atender a área de abrangência dos campi amazônicos, na maioria das vezes, inviabiliza as ações nesses locais. Alguns campi atendem a um entorno de até mais de 1.000 quilômetros de distância da sede do município;
- A dimensão territorial também impacta na relação e acessibilidade dos campi, sobretudo no que concerne a deficiência de transporte, além de seu elevado custo;
- O processo de implantação de alguns campi, a partir de 2010, ainda não foi satisfatoriamente concluído. Faltam alguns itens de infraestrutura e serviços básicos nestas unidades;
- A extrema dificuldade de provimento e fixação de pessoal nas unidades da região amazônica, é um entrave determinante para algumas ações e unidades, sobretudo as que ficam mais distantes das capitais e regiões metropolitanas;

Diante do cenário apresentado, solicitamos:

- a. Que o MEC garanta, a partir de 2019, um acréscimo de 1,5% (um vírgula cinco por cento), atualizado pelo IPCA, sobre a matriz orçamentária-CONIF destinado a cada Instituto da região amazônica
- b. O indicador quantitativo de relação aluno/professor (RAP) deve ser rediscutido, para se contemplar nos indicadores de aferição às diversidades e peculiaridades regionais.
- c. Que o MEC garanta na LOA recursos orçamentários para revitalização e ampliação dos campi da pré-expansão dos Institutos Federais da Amazônia.
- d. Garantir condições para concorrência na busca de editais que favoreçam a criação e consolidação de programas e projetos institucionais (Pós-Graduação *Strictu Sensu*).
- e. Assegurar a liberação total do limite e crédito orçamentário no início do exercício da assistência estudantil.
- f. Regulamentação do Adicional de Interiorização aos servidores que atuam nos campi dessas localidades.



I FÓRUM DOS DIRETORES GERAIS DOS INSTITUTOS FEDERAIS DA AMAZÔNIA



Desafios". Sendo discutidos os seguintes subtemas: Planilha orçamentária do aluno amazônico; problemas dos Institutos Federais da Amazônia e propostas de soluções.

Conforme dados do CONIF, atualmente há 69 (sessenta e nove) Campi na Região Norte e 7 (sete) Reitorias, todos comprometidos com a educação profissional no Brasil, a saber: IFPA – 18 *campi*; IFAC – 6 *campi*; IFAP – 5 *campi*; IFAM – 15 *campi*; IFRO – 9 *campi*; IFRR – 5 *campi*; IFTO – 11, totalizando 69 (sessenta e nove) *campi*.

Os IFs ofertam os níveis da educação escolar (educação básica e superior) nas várias modalidades, demonstrando o comprometimento e a dinâmica dos Institutos Federais da Amazônia, apesar dos grandes desafios apresentados pela região, ficando evidenciado sua eficiência no aumento da oferta de cursos e vagas.

Entretanto, sabe-se que aumentar a oferta de cursos e vagas não é suficiente para resolver o problema da educação nacional. É preciso aliar o aumento da oferta de cursos e vagas com políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa, da extensão, da inovação tecnológica, do empreendedorismo, a expansão e o aperfeiçoamento da estrutura física, quadro de servidores e maiores e melhores investimentos na rede de educação profissional. O Fórum de Diretores Gerais dos Institutos Federais da Amazônia tem como pressupostos básicos tais objetivos, na busca incessante da transformação educacional para a região norte do Brasil.

Neste aspecto, gerir as instituições localizadas na região amazônica pressupõe a aquiescência de um conjunto de expertises que permitam aos gestores a otimização plena de recursos, sejam humanos ou financeiros. A condução criativa, com habilidades para contornar contextos e peculiaridades que vão desde a implantação de novos campi, concatenação dos eixos dos mesmos com arranjos produtivos locais sazonais e/ou precários e arrojadas técnicas de gerenciamento de oportunidades e riscos.

Há que se concordar que as instituições da rede federal que estão localizadas em outras regiões do território nacional, e que apresentam processos históricos diametralmente divergentes, apresentam tautológica diversidade de condicionantes existenciais e situacionais, de sua concepção até a gestão cotidiana. Ao estabelecer políticas, diretrizes e indicadores nacionais homogeneizantes, pode-se incorrer no equívoco de fustigar as instituições amazônicas, no sentido de dissolver o *éthos* que nos é caro e vital. Assim sendo, levantamos alguns pontos que merecem atenção e debate por parte do Ministério da Educação: